



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ATA DE REUNIÃO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Comitê Interno de Governança - Cigov

15ª Reunião Ordinária

ATA DE REUNIÃO

DADOS DO COLEGIADO

Colegiado: Comitê Interno de Governança

Ato de Constituição: Portaria Mapa nº 516, de 21 de Novembro de 2022

Ato de designação: Membros Natos (Art.3º)

Periodicidade das reuniões ordinárias: Quadrimestral (Art. 4º)

Sigla: Cigov

DADOS DA REUNIÃO

Data: 13 de Dezembro de 2022

Horário: 15h

Local: Sala de reunião virtual - Google Meet

Tipo: () Presencial (X) Vídeo Conferência () Mista

PARTICIPANTES

Lista anexa

PAUTA DA REUNIÃO

Informes

1. Informes da Secretaria do Cigov: Publicação das Portarias de Constituição do Comitê e do Regimento Interno - Interlocutor: Jefferson de Alcantara e Silva (Secretário do Comitê).
2. Informes do Núcleo de Gestão de Riscos e Controles (NGRC): Gestão de Riscos - Resultados alcançados em 2022. Interlocutor: Jefferson de Alcantara e Silva (Coordenador-Geral de Governança Institucional e Monitoramento da Gestão).
3. Alinhamento sobre o início das ações do Encarregado da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no âmbito das unidades do MAPA - Cláudio Torquato da Silva (Assessor Especial de Controle Interno).

4. Relatório de Avaliação Executiva do Cadastro Ambiental Rural - Interlocutor: Ricardo Dislich (Coordenador-Geral de Planejamento Institucional).

REUNIÃO

Em 13 de dezembro de 2022, reuniram-se os membros (titulares e suplentes) do Comitê Interno de Governança (Cigov), bem como convidados e Secretários ad-hoc do Cigov, conforme segue abaixo:

Informes

Foram prestados informes acerca dos seguintes temas:

1. Informes da Secretaria do Cigov: Publicação das Portarias da nova Constituição do Comitê e do Regimento Interno. O Senhor Jefferson de Alcantara e Silva, Secretário do Cigov, iniciou a reunião abordando as mudanças na constituição e no regimento interno do comitê. Dentre as principais modificações, estão a nomenclatura, que passou a ser "Cigov", Comitê Interno de Governança, em substituição à atual "CGRC"; e também a inclusão de novas unidades: o Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e a Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos (AEST). O Sr. Jefferson pontuou que essa alteração, para se manter, dependerá do próximo governo, com a transição para o próximo ano. Ademais, o Secretário pontuou que os normativos estão em conformidade com os Decretos nº 9759/2019 e o nº 9191/2019. Salientou ainda que foram realizadas as devidas complementações indicadas pela Consultoria Jurídica - CONJUR e colocou os normativos à disposição de todos os membros presentes.

2. Informes do Núcleo de Gestão de Riscos e Controles (NGRC). O Sr. Jefferson, também representante do Núcleo de Gestão de Riscos e Controles - NGRC, abordou os resultados alcançados em 2022. Primeiramente, fez uma breve introdução sobre as frentes de atuação da gestão de riscos no MAPA: Capacitação, Comunicação, Apoio Técnico, Ferramentas de Gestão de Riscos e Modelos de Aplicação. Quanto à frente de Capacitação, o Sr. Jefferson trouxe ao conhecimento dos membros que foram realizadas 4 turmas do curso de Gestão de Riscos, na modalidade de Ensino à Distância - EAD nas quais 300 (trezentos) servidores e colaboradores do MAPA foram capacitados. Acrescentou ainda que há uma perspectiva de ampliação do curso, para as próximas turmas, focada nas áreas mais afetadas à gestão de riscos. Em relação à frente de Comunicação, destacou as ações de divulgação sobre a gestão de riscos no Ministério, as atualizações do site Agronet, além disso, mencionou o personagem Riscardito como ferramenta de comunicação e fomento da Gestão de Riscos. Na parte de Apoio Técnico, o Sr. Jefferson discorreu sobre a realização do Plano Setorial de Gestão de Riscos - PSGR/2022 com 13 (treze) unidades participantes e 16 (dezesesseis) objetos de riscos mapeados, além de 10 (dez) reuniões de monitoria de apoio às áreas participantes. Na frente de Ferramentas de Gestão de Riscos, salientou a proposta de desenvolvimento do Sistema Ágatha e destacou as conversas que vem tendo com o Departamento de Tecnologia da Informação, em razão da descontinuidade do Sistema Ágatha como software aberto pelo Ministério da Economia e a intenção do MAPA em ampliá-lo como painel para apresentação de relatórios. Em relação aos modelos de aplicação, o Sr. Jefferson reforçou a publicação da cartilha do PSGR, que poderá ser disseminada às demais unidades descentralizadas que não estão familiarizadas com o tema de gestão de riscos. Ainda sobre o PSGR, destacou a conclusão dos trabalhos pelas 16 (dezesesseis) unidades envolvidas, com seus respectivos objetos de riscos mapeados. Por fim, destacou as perspectivas para 2023, que são a ampliação do PSGR para mais unidades do MAPA, a realização de monitorias para sua execução, novos Encontros da Rede GIRC, novas turmas do Curso EAD de Gestão de Riscos com estudos de caso, além da revisão da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos - PGRCI.

3. Alinhamento sobre o início das ações do Encarregado da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no âmbito das unidades do MAPA. O Senhor Cláudio Torquato da Silva, Assessor Especial de Controle Interno, abriu sua pauta falando sobre o êxito na nomeação do encarregado da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no âmbito das unidades do MAPA. Pontuou que irão fazer o inventário da base de dados pessoais que, na sua visão, provavelmente irá abranger todas as áreas do Ministério. O Sr. Cláudio destacou que o MAPA foi a última pasta a apresentar o encarregado e que, por ser uma pasta relevante, o Ministério da Economia cobrava constantemente. O motivo, segundo ele, é o conjunto de base de dados bastante robusto. Disse que, provavelmente, o encarregado fará reuniões em todas as secretarias do

Ministério, que o encarregado é um servidor efetivo do órgão e que irá construir uma pauta da proteção de dados pessoais, tema este, que na visão do Sr. Cláudio é um tema bastante caro para o Ministério. Sobre o Relatório de Gestão e de Prestação de Contas do Presidente da República, o Assessor Especial relatou que as normativas já estavam lançadas durante o ano e destacou que a última normativa da PCPR (Prestação de Contas do Presidente da República) já foi publicada. Pontuou que, desta vez, não há nenhum programa do MAPA elencado. O Sr. Cláudio acrescentou que existem pendências dos anos de 2016 e 2018 mas que estão sob responsabilidade do INCRA e que a autarquia já foi notificada pelo MAPA.

4. Relatório de Avaliação Executiva do Cadastro Ambiental Rural - Interlocutor: Ricardo Dislich (Coordenador-Geral de Planejamento e Inovação Institucional). O Senhor Ricardo Dislich, Coordenador-Geral de Planejamento e Inovação Institucional, introduziu seu espaço reforçando a participação da ENAP e da CGPLAN na construção da avaliação de políticas públicas para a avaliação executiva do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no âmbito do MAPA. O objetivo desta avaliação, segundo o palestrante, foi de estabelecer o panorama geral dessa política pública e identificar seus pontos de aprimoramento, assim como a necessidade de eventual avaliação mais aprofundada de tópicos específicos. Segundo o Sr. Ricardo, foi decidido publicar os resultados da avaliação em dois volumes. Destacou que a metodologia utilizada foi a avaliação ex post, já apresentada em várias publicações do Governo Federal. Disse que a unidade optou pela avaliação executiva, metodologia que aborda vários aspectos, sem ter a necessidade de se aprofundar tanto no início, e que permite um aprofundamento maior no futuro. Segundo o Sr. Coordenador-Geral, o objetivo desta avaliação era duplo: capacitação da própria equipe da Secretaria-Executiva em metodologias de avaliação e oferecimento de recomendações para o Cadastro Ambiental Rural. Abordou que foram realizadas análises de diagnóstico do problema público, avaliação do desenho e da implementação da política, da governança do CAR e dos seus resultados e de impacto. O Sr. Ricardo destacou que a análise econômica e de eficiência não foram enfatizadas, exceto por questões orçamentárias e que a parte de riscos teve um foco maior. Abordou também sobre a composição da avaliação executiva, que aborda a descrição geral do CAR, o diagnóstico do problema, o desenho da política, a implementação, a governança, a execução das despesas orçamentárias e as recomendações. Ressaltou sobre a descrição geral do CAR, que foi instituído por meio do Código Florestal Brasileiro, que estabeleceu que todos os imóveis rurais brasileiros deveriam ser cadastrados para que houvesse uma base de dados, de modo que se verificasse o cumprimento da legislação e a promoção da vegetação nativa dentro das propriedades rurais. O Sr. Ricardo também abordou sobre o diagnóstico do problema, em que se define um problema central e a partir de então criou-se a "árvore de problemas", com suas causas e consequências. Na avaliação de desenho, discutiu sobre o modelo lógico, que é um diagrama com insumos, ações, produtos para a sociedade, resultados e impactos. Segundo o Sr. Ricardo, a partir desse modelo lógico, foram criados indicadores que pudessem medir os componentes do modelo lógico, além da teoria do programa e a análise swot. Posteriormente, o palestrante abordou a avaliação de implementação, com a identificação de diversos riscos em diversos estados brasileiros. Destacou que a análise de riscos não foi concluída e que cabe ao SFB dar continuidade posteriormente. Sobre a análise de performance, ainda dentro da avaliação de implementação, o Sr. Coordenador explicou que era possível verificar, a partir dos indicadores que foram estabelecidos, se as metas propostas foram atingidas. Abordou ainda os conceitos de avaliação de governança, apresentando os arranjos das responsabilidades de cada ator frente à implementação do CAR e a análise dos mecanismos de governança. Posteriormente, o Sr. Ricardo elencou que, ao final da avaliação, foram identificadas 14 sugestões de melhoria na política. O Sr. Ricardo ainda acrescentou que o volume 1 do relatório final está em fase de diagramação pela Assessoria Especial de Comunicação Social (AECS) e que em breve estará disponível no site do Ministério. Em seguida, fez breves considerações sobre o volume 2, que agrega a avaliação de resultados e a avaliação de impacto (efeito causal da política sobre resultados e impactos desejados). Logo após, encerrou sua fala e abriu o espaço para perguntas.

4. Considerações finais. A Presidente - Adjunta do Comitê destacou a qualidade do conteúdo da apresentação do Sr. Ricardo Dislich e o parabenizou. Em seguida, transmitiu a palavra ao Sr. Guilherme Soria, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos, que perguntou ao palestrante como estavam os números da Análise Dinamizada do CAR no Estado de São Paulo. O Sr. Ricardo disse que não possuía essa resposta naquele momento, pois os dados disponíveis eram de janeiro de 2022. O Sr. João Crescêncio, Diretor-Geral Adjunto do SFB, acrescentou que a cada época os números iriam mudando, por isso, a dinamicidade dos dados. O Sr. Wilson Vaz de Araujo, Secretário Adjunto de Política Agrícola, por

sua vez, fez consignar que a existência do CAR é condicionante do Banco Central para a obtenção de diversos créditos oficiais. Nesse sentido, apontou os gargalos e a necessidade de sintonia entre as esferas governamentais para a maximização do processo. Também apontou ser necessária uma aproximação maior entre as equipes da Secretaria de Política Agrícola - SPA e do SFB, para a melhoria do CAR. Em seguida, a Presidente - Adjunta do Comitê novamente retornou a palavra ao Sr. João Crescêncio, que fez alguns agradecimentos e parabenizou o Sr Ricardo Dislich, e disse que a equipe de transição pretende manter o CAR no MAPA. Além disso, fez um breve histórico de como se deu a estrutura do SFB com o novo decreto e a estruturação do CAR, dentro do SFB. Ademais, informou que o boletim do CAR em breve estará disponível. Em seguida, o Sr. Cláudio Torquato também parabenizou o Sr. Ricardo Dislich pela apresentação e o Sr. Gustavo Filho, Diretor de Governança e Gestão, comentou sobre a possibilidade de discussão sobre o tema e a uniformização de visões sobre governança. Também elencou a importância da transparência ativa, para a diminuição de pedidos de acesso à informação. Por fim, o Sr. Gustavo Filho lembrou que o esforço das políticas públicas vem de 6 (seis) anos antes, com o auxílio dos acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU e lembrou da importância de dar continuidade com as próximas gestões. Nada mais havendo a tratar, a Presidente - Adjunta do Comitê agradeceu a presença de todos, e declarou encerrada a reunião.

ANEXO – LISTA DE PRESENTES

Membros Titulares

Juliana Felício dos Santos (Chefe de Gabinete do Ministro - GAB/GM/MAPA)

Cláudio Torquato da Silva (Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno – AECI/MAPA)

Guilherme Soria Bastos Filho (Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos - AEST/MAPA)

José Manoel Gomes (Diretor do Departamento de Administração – DA/SE/MAPA)

Gustavo Pereira da Silva Filho (Diretor do Departamento de Governança e Gestão – DGG/SE/MAPA)

Bruno Henrique Dos Santos Rebello (Diretor do Departamento de Tecnologia De Informação - DTI/SE/MAPA)

Rosinalva Gomes Bo (Coordenadora-Geral de Apoio às Superintendências – CGAS/GAB/SE/MAPA)

Marcio Cândido Alves (Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF/MAPA)

Membros Suplentes

Mara Marlene Machado Papini (Secretária-Executiva Adjunta - SE/MAPA/ Presidente - Adjunta do Cigov)

Wilson Vaz De Araujo (Secretário Adjunto da Secretaria de Política Agrícola - SPA/MAPA)

Larissa Oliveira Rego (Secretária Adjunta da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários - SEAF/MAPA)

João Crescêncio Aragão Marinho (Diretor-Geral Adjunto do Serviço Florestal Brasileiro - SFB/MAPA)

Convidados

Ricardo Dislich (Coordenador-Geral de Planejamento e Inovação Institucional CGPLAN/DGG/SE/MAPA)

Adriana Cavalcanti de Souza (Chefe de Gabinete da Secretaria de Defesa Agropecuária - GAB/SDA/MAPA)

Michael de Moraes Queiroz (Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários - SEAF/MAPA)

Fernando Bueno da Silva (Assessor Técnico da Coordenação-Geral de Integridade - CGINT/AECI/MAPA)

Núcleo de Gestão, Riscos e Controles (NGRC)

Jefferson de Alcantara e Silva (Secretário do Cigov, Coordenador-Geral de Governança Institucional e Monitoramento da Gestão – CGGI/DGG/SE/MAPA)

Cláudio Torquato da Silva (Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno – AECI/MAPA)

Secretaria do Cigov

Jefferson de Alcantara e Silva (Secretário do Cigov, Coordenador-Geral de Governança Institucional e Monitoramento da Gestão – CGGI/DGG/SE/MAPA)

Ana Cristina Tomaz Batalha (Secretária ad hoc do Cigov)

Helena Carvalho Frois (Secretária ad hoc do Cigov)

Afonso Henrique de Sousa Felix (Secretário ad hoc do Cigov)

Daniela Rozas Parreira (Secretária ad hoc do Cigov)

Luana Carolina Basso (Secretária ad hoc do Cigov)



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO CANDIDO ALVES, Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo**, em 29/12/2022, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MANOEL GOMES, Diretor do Departamento de Administração**, em 29/12/2022, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA FELICIO DOS SANTOS, Chefe de Gabinete do Ministro**, em 29/12/2022, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WILSON VAZ DE ARAUJO, Secretário Adjunto Substituto de Política Agrícola**, em 29/12/2022, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO, Diretor de Governança e Gestão**, em 29/12/2022, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROSINALVA GOMES BO, Coordenador Geral**, em 29/12/2022, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO TORQUATO DA SILVA, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 30/12/2022, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO HENRIQUE DOS SANTOS REBELLO, Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação**, em 30/12/2022, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO CRESCENCIO ARAGAO MARINHO, Diretor-Geral Adjunto**, em 31/12/2022, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **25747195**

e o código CRC **B02F6312**.

Referência: Processo nº 21000.113240/2022-67

SEI nº 25747195